



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Executiva
Ouvidoria do Ministério da Economia
Gabinete de Ouvidoria
Coordenação de Ouvidoria
Divisão de Ouvidoria

Nota Técnica SEI nº 21382/2021/ME

Assunto: Resultado da Análise da Qualidade das Respostas da Ouvidoria da Secretaria Especial da Receita Federal.

A presente Nota Informativa visa esclarecer a avaliação das respostas dadas pelo Ministério da Economia.

Da fundamentação legal

Artigos 13 e 23 da Lei 13.460, de 26 de junho de 2017:

“Art. 13. As ouvidorias terão como atribuições precípua, sem prejuízo de outras estabelecidas em regulamento específico:

I - promover a participação do usuário na administração pública, em cooperação com outras entidades de defesa do usuário;

II - acompanhar a prestação dos serviços, visando a garantir a sua efetividade;

III - propor aperfeiçoamentos na prestação dos serviços;

Art. 23. Os órgãos e entidades públicos abrangidos por esta Lei deverão avaliar os serviços prestados, nos seguintes aspectos:

I - satisfação do usuário com o serviço prestado;

II - qualidade do atendimento prestado ao usuário;

III - cumprimento dos compromissos e prazos definidos para a prestação dos serviços;

IV - quantidade de manifestações de usuários; e

V - medidas adotadas pela administração pública para melhoria e aperfeiçoamento da prestação do serviço.”

Do Objetivo

Analisar a qualidade das respostas publicadas pelos pontos focais na competência março de 2021.

Dos critérios:

Os critérios de análises se baseiam em dois pilares: “Tempo de resposta” e “Qualidade de

resposta”.

I- O critério “Tempo de resposta” equivale a 02 pontos, 20% da avaliação total:

- a) 02 pontos para respostas com prazo de até 30 dias.
- b) 01 ponto para respostas com prazo prorrogado de 31 a 60 dias.
- c) 0 pontos para respostas com mais de 60 dias.

II- O critério “Qualidade de resposta” equivale a 8 pontos, 80% da avaliação total:

- a) 2 pontos para coerência na resposta: se a área respondeu de maneira lógica o que foi questionado no texto da manifestação.
- b) 2 pontos para atendimento da demanda: se a área respondeu todos os pontos questionados pelo cidadão.
- c) 0,25 ponto para objetividade: se o texto da resposta é objetivo e consta apenas o necessário para transmitir a informação desejada.
- d) 0,25 ponto para linguagem cidadã: se a resposta utiliza linguagem cidadã, de forma a facilitar a comunicação e o mutuo entendimento.
- e) 1 ponto para o uso adequado da língua portuguesa.
- f) 0,25 ponto quando não há o uso de caixa alta, siglas e termos técnicos.
- g) 2 pontos para manifestação classificada corretamente.
- j) 0,25 ponto para texto formatado corretamente.

Dessa forma, com base no resultado da avaliação, a manifestação receberá a seguinte classificação:

- a) Excelente - Acima de 9,00
- b) Bom - Entre 8,00 e 9,00
- c) Regular - Entre 7,00 e 8,00
- d) Ruim - Abaixo de 7,00

Da análise

Das 3.746 manifestações analisadas, verificou-se que:

- 3.637 manifestações foram respondidas dentro do prazo de 30 dias.□
- 106 manifestações foram respondidas dentro do prazo de 30 dias.
- 3 manifestações foram respondidas após 60 dias.

Quanto ao critério de qualidade de resposta:

- 101 manifestações não continham a informação solicitada pelo requerente.
- 167 não responderam todos os pontos questionados pelo cidadão.
- 146 não tiveram objetividade na resposta.
- 35 não foram respondidas em linguagem cidadã.
- 303 não fizeram uso adequado da língua portuguesa.
- 102 utilizaram siglas e termos técnicos.
- 24 não foram classificadas corretamente.
- 95 não apresentaram formatação adequada.

Diante disso, as demandas analisadas receberam as seguintes classificações:

- 3144 manifestações foram classificadas como excelentes.
- 359 manifestações foram classificadas como boas.
- 164 manifestações foram classificadas como regulares.
- 79 manifestações foram classificadas como ruins.

Com isso, a Secretaria Especial alcançou a nota de qualidade **9,71** pontos. As notas individualizadas encontram-se no documento SEI 15640051.

Das observações:

Entre os pontos identificados na análise, destacamos as seguintes observações:

a) uso frequente de siglas e termos técnicos, contrariando assim o inciso XIV do art. 5 da Lei 13.460/17;

b) uso recorrente de resposta com texto padrão. Esse hábito tende a precarizar a comunicação com o cidadão;

c) necessidade de adequação na formatação do texto das manifestações.

Recomendação:

Considerando a necessidade de manter um diálogo transparente e objetivo com a sociedade, recomendamos:

a) evitar o uso de siglas;

b) oferecer resposta com clareza e objetividade, de acordo com a necessidade do cidadão;

c) utilizar o bloco de notas para limpeza dos caracteres especiais, antes de inserir a resposta no sistema;

d) manter espaçamento e tamanho de fonte padronizados.

Da conclusão:

Infere-se que, de modo geral, as unidades analisaram e concluíram as manifestações observando os dispostos contidos na Lei 13.460/17.

LUÍS EDUARDO FEITOZA DE ALMEIDA
Coordenador de Ouvidoria

De acordo. Encaminhe-se a presente Nota Técnica à Secretaria Especial da Receita Federal para conhecimento e adequações.

CARLOS AUGUSTO MOREIRA ARAÚJO
Ouvidor



Documento assinado eletronicamente por **Luís Eduardo Feitoza de Almeida, Coordenador(a)**, em 18/05/2021, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Augusto Moreira Araújo, Ouvidor(a) do Ministério da Economia**, em 18/05/2021, às 19:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **15592640** e o código CRC **7AE24445**.